



**“GEOGRAFIA POLÍTICA: O QUE É AFINAL E PARA  
QUE SERVE” POR INÁ E. DE CASTRO.  
COMENTÁRIOS E REFLEXÕES**

---

RÜCKERT, A. A

**Aldomar Arnaldo Rückert<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Geografia, Porto Alegre, Brasil.

aldomar.ruckert@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0616-6661>

Recebido: 19/02/2022; Aceito: 04/07/2022; Publicado: 12/07/2022

DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562022e42028>

## **“Geografia Política: o que é afinal e para que serve” por Iná E. de Castro.**

### **Comentários e reflexões.**

#### **Introdução**

A partir da proposta do Editor da “Revista Espaço e Geografia” apresento alguns comentários a partir do ensaio **“Geografia Política: o que é afinal e para que serve”** de Iná de Castro<sup>1</sup> com a finalidade de contribuir ao seu debate. Para tanto tenho o propósito de responder à seguinte pergunta: quais são as evocações que o texto me desperta enquanto docente e pesquisador em Geografia Política nos cursos de Geografia e Relações Internacionais, em dois programas de pós-graduação e em campos disciplinares conexos?

Escrevo o texto na primeira pessoa e não tenho a pretensão de exaurir todas as questões teórico-conceituais que a autora apresenta. Assim, não tenho a intenção de analisar todas suas propostas ou mesmo as diferenças entre as correntes e subcorrentes da Geografia e, especificamente, da Geografia Política, Geopolítica e suas relações com diversos campos disciplinares como a Ciência

---

Professor Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ufrgs, Porto Alegre. Pesquisador CNPq. Líder do grupo de pesquisa Labeter – “Laboratório Estado e Território. Gestão, regiões e fronteiras.” Email: [aldomar.ruckert@gmail.com](mailto:aldomar.ruckert@gmail.com).

Agradeço a Flávia Carolina de R. Fagundes e Roberto G. Uebel, docentes dos cursos de Relações Internacionais da Faculdade da Serra Gaúcha (Caxias do Sul) e da ESPM (Porto Alegre), respectivamente, e a Diego Pautasso, do Colégio Militar (Porto Alegre) e pesquisador do Grupo de Estudos em Segurança e Política Internacional da Ufrgs pelas contribuições a este texto.

RÜCKERT, A. A

Política. Desta forma, a opção preferencial é a de comentar trechos que evocam alguma experiência com o campo disciplinar nestes últimos anos no ensino, pesquisa e extensão em meio a breves análises que a literatura do campo disciplinar e interdisciplinares me permite agora.

Faço menção à importância do trabalho da colega Iná E. de Castro, por ser a autora do livro **“Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições”**, lançado no ano de 2005 e com segunda edição em 2009. Lembro quando a autora lançou seu livro em nosso Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. Desde então, tenho adotado seu livro em minhas aulas de Geografia Política, o que muito tem contribuído para este campo disciplinar entre estudantes de graduação e de pós-graduação. Passados alguns anos, por ocasião do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão Territorial, na PUC-RJ em 2014, André-Louis Sanguin<sup>2</sup> afirmou que seu livro era o primeiro manual de Geografia Política em língua portuguesa no período 1990-2000.<sup>3</sup> Porém, alertou a autora que seu livro não é um manual de Geografia Política “embora contenha os temas básicos que todo manual da disciplina deve ter e contemple a discussão de questões essenciais das relações entre a geografia e a política.” (pp. 11-12). Tudo isto, por si só, já diz da importância dos trabalhos da autora o que me dispensa de apresentações formais, o que ela saberá entender.

A asserção básica da autora é que a questão fundadora da Geografia Política é a de compreender como a política, no seu sentido institucional e operacional, invade as mais diferentes dimensões do espaço e, ao contrário do início do século XX quando a causalidade da política era procurada na Geografia,

RÜCKERT, A. A

nas últimas décadas do século XX e nas primeiras deste século XXI é cada vez mais necessário estudar como a Geografia é informada pela política.

Os comentários estão organizados em torno de quatro pontos que julgo mais oportunos agora: no ponto um o primeiro “fantasma”: o poder a política como forças motrizes; no ponto dois o segundo “fantasma”: o Estado Territorial moderno; no ponto três o problema semântico: Geografia Política e Geopolítica e por fim, no ponto quatro, também pergunto, afinal, para que serve mesmo a Geografia Política. Apesar de não adentrar na temática de pesquisa da autora, democracia e populismo, por questão de tempo e espaço, considero que o tema é importante e muito oportuno, principalmente atualmente pelo que se passa no Brasil, com o aprofundamento dos populismos conservadores. Concluo o texto com breves comentários.

### **1. O primeiro “fantasma”: o poder e a política como forças motrizes**

Para compreender a afirmação de que nas últimas décadas do século XX e nas primeiras deste século XXI é cada vez mais necessário estudar como a Geografia é informada pela política a autora informa haver duas vertentes da compreensão da política: **a)** Maquiavel que demonstrou a importância da política como prática virtuosa do Príncipe, teorizando sobre a prerrogativa do poder de mando e obediência centralizada no território do nascente Estado Moderno e **b)** a política deduzida da especulação filosófica, cujo exemplo mais importante é a elaboração de Marx, que inverte a ideia do Universal ético político de Hegel (o Estado) e transfere este *ethos* para a sociedade. (p. 5).

A opção da autora para “exorcizar” o problema da política como força motriz e o poder fundamenta-se na convicção de que a Geografia Política tem muito mais a ganhar na aproximação das reflexões teóricas e das pesquisas

RÜCKERT, A. A

empíricas da Ciência Política<sup>4</sup> do que nos debates em torno das abstrações teóricas e conceituais da sociologia. Minha colega Flávia Carolina de R. Fagundes<sup>5</sup> entende que Iná de Castro, em seu texto,

(...) traz uma visão inovadora para o estudo da Geografia Política ao realçar a necessidade de um maior diálogo com a Ciência Política para compreender os processos políticos que configuram a organização do espaço. (...). A política é eminentemente o terreno da negociação e do embate entre diferentes forças que permeiam o Estado, o que é importante de não se perder de vista para o analista atento. A visão de Iná permite uma análise que considera os interesses dos diferentes atores no processo decisório institucional e avaliar quais destes prevaleceram em suas manifestações espaciais, bem como identificar as forças centrípetas e centrífugas que atravessam o Estado na atualidade.

Assim, em sua escolha da Ciência Política “como melhor recurso interdisciplinar da Geografia Política” a autora afirma que isto “não significa empirismo sem conceitos e sem teorias, muito pelo contrário, por esta razão é neste campo que se encontram os trabalhos de geografia política mais instigantes da atualidade.” (p. 7).

Neste primeiro “fantasma”, a política como força motriz e a questão do poder deparei-me com esta, aparentemente simples, palavra ou um conceito fundamental das relações sociais que nos atormenta sempre que é a questão do **poder**. Por que nos atormenta? Talvez porque se trate de um conceito que não

---

<sup>4</sup> Como conhecido, a Ciência Política dedica-se a entender as noções de **Estado, governo e organização política**, e a estudar também outras instituições que interferem direta ou indiretamente na organização política, como ONGs, Igreja, empresas etc. Alguns teóricos restringem o objeto de estudo da Ciência Política ao Estado. Já outros defendem que o seu objeto é mais amplo, sendo o poder, em geral, aquilo que deve ser estudado por essa área do conhecimento. Alguns dos principais autores contemporâneos podem ser referidos nesta área como os clássicos Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke, Voltaire, Augusto Comte, Emile Durkheim, Karl Marx. Dentre os contemporâneos, o norte-americano Herbert Baxter Adams (1850-1901) é considerado o fundador deste campo das ciências sociais. Bastante conhecidas são as obras do italiano Norberto Bobbio (1909-2004).

<sup>5</sup> FAGUNDES, Flávia C. de R. Comentários a respeito do artigo de Iná E. de Castro, 2021.

RÜCKERT, A. A

tem feito parte da formação curricular em Geografia, salvo algumas honrosas exceções, como é o caso da autora e de seu grupo de pesquisa e de alguns poucos grupos que mantêm relações interdisciplinares com a Ciência Política. Inexiste formação específica nos cursos de Geografia para se entender os meandros do poder que está em todo o lugar, mas não sabemos muito bem como defini-lo ou como encontrá-lo, salvo tópicos temáticos ou novas disciplinas formativas nos cursos de graduação e de pós-graduação.

### 1.1 As contribuições fundadoras de Yves Lacoste e Paul Claval à Geografia Política e à Geopolítica

Em meio à aparente letargia acadêmica do campo do conhecimento na França nos anos 1970 e 1980 foi necessário que Yves Lacoste<sup>6</sup> e Paul Claval<sup>7</sup> lançassem suas obras fundadoras para começar a recuperar o campo disciplinar. De certa forma, Lacoste e seu livro “A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra” dispensa apresentações, mas é importante lembrar que havia um ambiente favorável ao emprego do termo “Geopolítica” no Centro Experimental Universitário de Vincennes entre 1968 e 1973 onde o médico brasileiro Josué de Castro, o autor dos livros *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1952) ensinava no exílio.

---

<sup>6</sup> LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: Petite collection Maspero, 1976. Com tradução no Brasil por Maria Cecília França, publicado pela Editora Papirus, “A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” está na 17ª edição.

<sup>7</sup> CLAVAL, Paul. *Espace et pouvoir*, Paris: Presses Universitaires de France, 1978, com tradução no Brasil por Waltensir Dutra, publicado pela Editora Zahar, “*Espaço e poder*”, 1979.

CLAVAL, Paul. *Géopolitique et géostratégie: la pensée politique, l'espace et le territoire au XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Nathan-Université, 1994. Sem tradução no Brasil.

CLAVAL, Paul. *Les espaces de la politique*. Paris: Armand Colin, 2010. Sem tradução no Brasil.

RÜCKERT, A. A

Rosière<sup>8</sup> informa que Yves Lacoste e Josué de Castro se conheciam no Centro, o que poderia ter levado Lacoste a empregar o termo “Geopolítica” radicalmente. O livro de Lacoste (1976), publicado antes que Claval publicasse “Espaço e Poder” (1978), me parece importante até hoje talvez por ser mais um “libelo libertário” contra o sistema universitário conservador francês, porém com uma inovação metodológica muito importante: a abordagem das escalas e das grandezas relativas dos fenômenos territoriais e suas possíveis interrelações.

“Espaço e Poder”, o primeiro livro de uma trilogia de Paul Claval dedicada às relações entre espaço e poder entre 1978 e 2010, talvez tenha sido pouco entendido ou mesmo difundido entre nós. Claval nos apresentou abordagens que não existiam nos cursos de Geografia como, por exemplo, as diferentes “arquiteturas do poder” em diferentes sociedades ao longo do tempo. Tenho minhas dúvidas até hoje o quanto do primeiro livro da trilogia de Claval foi compreendido entre nós, sendo obra basilar de certa forma esquecida no Brasil, talvez porque o advento da Geografia crítica marxista tenha cativado muito mais a docentes e estudantes do que a Geografia Política. Além disto, Claval que continua sendo um autor extremamente pródigo e eclético, desenvolveu a Geografia Cultural, abrindo nova seara para inúmeros docentes–pesquisadores e estudantes, aparentemente se distanciando da Geografia Política.

Na segunda obra da trilogia “*Geopolitique et Geostrategie: la pensée politique, l'espace et le territoire au XXe siècle*” (1994, sem tradução no Brasil) Claval afirma

---

<sup>8</sup> ROSIÈRE, Stéphane. Tendências contemporâneas da geografia política e da geopolítica. In: RÜCKERT, Aldomar A., SILVA, Augusto C.P da., SILVA, Gutemberg V. de. *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 89. (Tradução de Aldomar A. Rückert). Disponível em: : <https://www.editoraleta1.com.br/epub/9788563800367/>. Acesso em 02 out. 2021.

RÜCKERT, A. A

que as relações entre Geografia Política, Geopolítica e Geoestratégia são complexas. A primeira analisa a implantação de poderes no espaço, a interação de forças que moldam o mundo e os equilíbrios ou crises resultantes enquanto os outros dois concentram-se nos atores, nas suas motivações e representações e nos seus cálculos. A Geopolítica e a Geoestratégia estão sob o domínio das práticas do poder enquanto a primeira, a Geografia Política seria um conhecimento construído no modelo acadêmico.

Na terceira e última obra da trilogia, “*Les espaces de la politique*” (2010) Claval aponta que os fatos políticos contribuem para modelar as distribuições geográficas e marcam fortemente os lugares, os territórios e as paisagens, reconhecendo que o Estado Territorial clássico (o segundo “fantasma” de Iná E. de Castro) se encontra em crise. A obra tem seis partes que se distribuem analisando as etapas seguidas pela reflexão política e pela análise de suas dimensões espaciais; os jogos de poder e suas respectivas configurações espaciais; a evolução das arquiteturas do poder; a ampliação dos leques de competências e de responsabilidades exercidas pelos governos e sua ampliação ao longo do século XIX como por exemplo, não apenas a defesa territorial, mas a gestão do território, a redistribuição dos impostos, a organização dos serviços de educação e saúde, etc. em cujo quadro a Geografia Política se insere.

## 1.2 O Estado da arte da Geografia Política e Geopolítica no Brasil

Muito embora os cursos de humanidades e ciências sociais aplicadas que vizinhavam com os cursos de Geografia no Brasil nas últimas décadas do século XX, durante a crise epistemológica e a revolução teórica desde os 1970, informassem bibliografias e conceitos esparsos no ambiente universitário, a Ciência Política é pouco conhecida ou pouco desenvolvida nos cursos de Geografia e entre geógrafos.

RÜCKERT, A. A

Os cursos de graduação em Geografia têm se compartimentado em inúmeras especialidades, gerando-se campos disciplinares relativamente autônomos ao ponto de não se reconhecerem mais entre si e uns e outros não entenderem muito bem as múltiplas especialidades em um mesmo departamento. Porém, o campo disciplinar da Geografia Política, ainda se encontra subdesenvolvido em nosso país, visto que a “Política” é tida como um campo de monopólio da Ciência Política e os diálogos “inter-pares” dependem de aceitações mútuas visto a alta competitividade entre docentes-pesquisadores e grupos de pesquisa.

Eduardo Karol, avaliando a produção de Geografia Política - Geopolítica no Brasil entre os anos 1982 e 2012<sup>9</sup> chegou a uma avaliação pouco alentadora quanto à renovação do campo disciplinar da Geografia Política e da Geopolítica no Brasil para o período estudado.

Não é fácil também situar a renovação ou renovações da Geografia no Brasil, dado em que o debate em Geografia Política e Geopolítica não se efetivou, ou quando se efetivou foi de maneira muito parcial com produções pontuais sobre alguns fenômenos da realidade espacial. A título de exemplo, nessas três décadas são apresentados poucos livros para consulta da comunidade geográfica que cresce em número de estudantes e cursos de graduação e pós-graduação.

E concluiu de forma desalentadora:

Pode-se intuir que, na Geografia no Brasil, a formação dos estudantes de graduação, pós-graduação e, conseqüentemente, dos estudantes da escola básica, com os instrumentos teóricos da Geografia Política e Geopolítica não foi prioridade.

Entretanto, Karol reconheceu, em diálogos posteriores que os eventos de “Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território” - os Congeos a partir de 2014 (de que trato abaixo), a produção de conhecimento e os debates aumentaram exponencialmente. Como um dos membros que colaboraram para a organização da “Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território” e

---

<sup>9</sup> KAROL, Eduardo. *Geógrafos e Geografia Política-Geopolítica no Brasil*. Produção geográfica nos últimos trinta anos (1982-2012). Saarbrücken: Verlag Editora, 2014, p. 11.

RÜCKERT, A. A

com os eventos que se seguiram a partir de 2014, devo concordar plenamente com o autor. Porém, para o desenvolvimento do campo disciplinar seria importante ter-se também a compreensão do “lugar da Geografia Política e Geopolítica” nos cursos de Geografia e Relações Internacionais, principalmente.

Observei em uma breve consulta o “lugar da Geografia Política e Geopolítica” em algumas grades curriculares em 12 universidades públicas no país onde há cursos de Geografia (Licenciatura e/ou Bacharelado). Percebi que a maioria (75%) oferece a disciplina como “obrigatória”, variando a oferta entre o segundo e o sétimo semestres. Observei haver mesmo cursos onde a disciplina se chama “Geografia Política e Geopolítica” (o que considero uma ótima opção) e mesmo onde há oferta em dois semestres consecutivos. Nas demais instituições observei que a disciplina ou é oferecida na forma de “optativa” ou “eletiva” ou mesmo é inexistente. Neste último caso, quando “Geografia Política” inexistente na grade curricular, há disciplinas com temas correlatos como “Organização do Espaço Mundial”, “Organização do Espaço Mundial e Brasileiro” ou “Geografia-do-Espaço-e-Cidadania.” De toda forma, mesmo sendo uma breve observação, é de se pensar que uma pesquisa sistemática sobre o “lugar da Geografia Política e Geopolítica” nas grades curriculares dos cursos de Geografia e outros cursos, como Relações Internacionais, seria muito importante para se avaliar o “estado da arte” no país.

Como um pequeno depoimento, no caso do curso de Geografia da Ufrgs, no início dos anos 2000 a Geografia Política era ofertada de forma “eletiva” já no final do curso, com baixíssimo número de estudantes matriculados. No entanto, ao longo dos anos, em reformas curriculares sucessivas, a proposta para que disciplina fosse sendo reposicionada para semestres iniciais foi sendo aceita no Departamento de Geografia e na Comissão de Graduação. A justificativa de seu reposicionamento sempre foi apresentada nos termos de que a disciplina é básica e matriz da formação da própria Geografia Humana, antecessora ou mesmo

RÜCKERT, A. A

contemporânea da própria Geografia Regional francesa e com isto, também uma antecessora das disciplinas temáticas urbanas e agrárias.

Atualmente na Ufrgs a disciplina é oferecida já no segundo semestre do curso de Geografia, tendo como pré-requisito a disciplina de “História do Pensamento Geográfico.” Concorreu também para este avanço na grade curricular que o curso de Relações Internacionais, desde o seu início em 2003, havia posicionado a disciplina já no segundo semestre e, após a primeira reforma curricular, ela foi reposicionada para o primeiro semestre como continua até os dias de hoje. Não tenho dúvidas de que a disciplina de Geografia Política teve um papel de destaque nas grades curriculares dos cursos de Geografia e Relações Internacionais da Ufrgs,<sup>10</sup> sendo também oferecida como eletiva para os cursos de Políticas Públicas e Serviço Social. Pode-se dizer que, atualmente, o campo disciplinar vem aumentando em número e melhorando em qualidade, principalmente, nos grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação onde pode-se encontrar atualmente uma gama diversificada de ofertas de seminários e publicações.

### 1.3 Os Congeos – “Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território” e o Grupo de Trabalho na Anpege: uma contribuição à Geografia brasileira

Acredito que a organização dos quatro eventos Congeos desde 2014 venha oferecendo um substancial estímulo à renovação do campo disciplinar no Brasil.<sup>11</sup> Após o I Congeo naquele ano na PUC-Rio de Janeiro tive a oportunidade

---

<sup>10</sup> A disciplina é, atualmente, ministrada por três docentes, o que me retira, em parte, a falta de modéstia....

<sup>11</sup> A produção bibliográfica encontra-se disponível no site <https://www.rebrageo.org/publicacoes-1>. Já os eventos online do IV Congeo encontram-se disponíveis em: [https://www.youtube.com/results?search\\_query=iv+congo](https://www.youtube.com/results?search_query=iv+congo)

RÜCKERT, A. A

de publicar um pequeno balanço<sup>12</sup> daquele evento no qual procurei ressaltar a necessidade da retomada de espaços institucionais perdidos para outros campos profissionais e de se resgatar e/ou ampliar o “interesse público” da Geografia Política, da Geopolítica e da Gestão Territorial.

Diálogos inter-regionais de caráter federativo entre colegas que atuam neste campo disciplinar trouxeram à luz não apenas uma grande variedade de publicações, como ampliaram-se as relações externas ao país como o apoio da Comissão de Geografia Política da UGI – União Geográfica Internacional no III Congeo na Universidade Federal Fluminense em 2018, como demonstram Rodrigues e Monteiro.<sup>13</sup> Conforme os autores, além dos diálogos inter-regionais, internacionais e interdisciplinares diversos e do não-abandono do Estado como um ator incontornável têm emergido enfoques que vem se se amplificando para contemplar pactos e conflitos político-territoriais muitas vezes efêmeros, fluidos, configurações reticulares e processos marcados por agenciamentos e interações que complexificam e redefinem os espaços da política nas diversas escalas.

Um outro aspecto de investigação importante a ser estudado é a presença da disciplina em grupos de pesquisa. Uma busca aprofundada dos grupos – que ora se constituem como redes e/ou como laboratórios – poderia ser uma contribuição de grande importância ao estado da arte no Brasil, além da sugestão de se examinar o “lugar da disciplina” nos cursos de graduação e de pós-graduação no país. Rodrigues e Monteiro fizeram um levantamento inicial no diretório de grupos de pesquisa do CNPq no campo disciplinar. Em 2018, eram

<sup>12</sup> RÜCKERT, Aldomar A. « Iº Congresso brasileiro de geografia política, geopolítica e gestão territorial - Congeo », *Confins* [En ligne], 22 | 2014, mis en ligne le 28 novembre 2014, consulté le 15 octobre 2021. URL : <http://journals.openedition.org/confins/9879> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.9879>

<sup>13</sup> RODRIGUES, Juliana N.; MONTEIRO, Lício C. do R. III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: interfaces, pluralidade e renovação de um campo R. *Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 1-8, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1819>. Acesso em: 15 out. 2021.

RÜCKERT, A. A

17 grupos que apresentavam como palavra-chave o termo “Geografia Política”, 45 o termo “Gestão do território” e 78 o termo “Geopolítica”.<sup>14</sup>

Procurei também fazer este pequeno levantamento e encontrei alguns dados (outubro de 2021) um pouco diferentes (talvez devido aos filtros usados na busca na plataforma do CNPq) como o termo “gestão do território” que encontrou 67 grupos e “Geopolítica” 146 grupos, embora os termos localizem grupos disciplinares e interdisciplinares em áreas diversas. Este é o caso do termo “fronteiras” – um conceito amplo, permeável e interdisciplinar – que encontrou 246 grupos.

A disciplina vem sendo recuperada em vários países, com escolas importantes como a francesa, a anglo-saxã e alemã, bastando para isso ver periódicos importantes, além da *Herodote*, já citada, como a *Political Geography*. Porém, o ritmo da recuperação no Brasil, apesar de eventos coletivos como os eventos do Congeo e a criação de um Grupo de Trabalho nos eventos da Anpege que já se encontra na 3ª edição ainda pode crescer. Até o ano de 2017 não havia ainda um GT de “Geografia Política e Geopolítica” na Anpege, o que pode dizer algo no sentido do retardamento do campo disciplinar e de pesquisa em inserir-se em debates mais amplos em nível nacional, principalmente junto a programas de pós-graduação.

Os oito eixos atuais dos eventos dos Congeos<sup>15</sup> são bons indicativos do estado da arte no Brasil, porém os currículos dos cursos de graduação em Geografia poderiam também indicar algo a mais. É de se supor que a disciplina

---

<sup>14</sup> Id. Ibid., p. 4.

<sup>15</sup> Os oito eixos dos eventos Congeo são: Geografia Política e Geopolítica: dos enfoques clássicos às renovações contemporâneas; (Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e sustentabilidades; Localismos, regionalismos, nacionalismos e globalismo; Fronteiras e limites em múltiplas escalas; As escalas de gestão das políticas públicas territoriais; Integração regional e novos espaços da cooperação e do conflito internacional; Território, política, cidadania e democracia e, por fim, Geografia Política e ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas

RÜCKERT, A. A

ainda não esteja presente em grande número de cursos, talvez miscigenados em outras disciplinas correlatas, como citei acima. É oportuno lembrar que os eventos temáticos de Geografia Agrária e Geografia Urbana, por exemplo, já contam com longa tradição entre nós. Os Encontros Nacionais de Geografia Agrária (Engas) completam 25 edições neste ano de 2021 enquanto o Simpósio Nacional de Geografia Urbana completa 33 anos neste mesmo ano, com sua 17<sup>a</sup> edição. À Geografia Política e Geopolítica brasileira parece que resta ainda um longo caminho a percorrer no que diz respeito a sua publicização através de eventos e seminários temáticos.

1.4 A Geografia Política tem a ganhar com a Ciência Política, mas o contrário é verdadeiro?

Inegavelmente a Geografia Política tem muito a ganhar com a Ciência Política. Mas, há que se perguntar o que a Ciência Política – e as Relações Internacionais como um subcampo - tem a ganhar com a Geografia Política. Entendo que ambos têm a ganhar com a ampliação das interdisciplinaridades, mas também reconheço que uma releitura dos clássicos em Geografia seja de grande importância, visto as interpretações parciais de autores que, com a revolução digital, encontravam-se presos em acervos de bibliotecas pouco acessíveis.

Meu entendimento é o de que espaço político significa “**território**”, como na sua forma original. É fato que mesmo F. Ratzel não se utilizou do conceito de território, mas os de *raum* (espaço), *boden* (solo) e o de *lebensraum* (espaço vital). Assim o fazendo, ele estava tratando de território (s) pois tinha como foco colaborar no nacionalismo germânico e na conclusão da unificação do Segundo Reich (entre 1871 e 1918). Entre a concepção ratzeliana da segunda metade do século XIX e o seu retorno, como escreveu Milton Santos ainda em 1994, milhares de mortes ocorreram em conflitos territoriais e rios de tinta já correram para definir ou redefinir o conceito de território.

RÜCKERT, A. A

Como amplamente difundido desde então os conceitos de território / territórios / territorialidades encontram-se na pauta das ciências humanas, sociais, econômicas, ambientais há quase três décadas, se consideramos como ponto inicial o fim da União Soviética e os conflitos nos processos de ressurgimento de estados nacionais no centro e leste europeu desde os anos 1989/1990. Desde os anos 1990 o aumento das trocas na escala planetária, o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias de comunicação, a abertura quase geral de fronteiras (ao menos em regiões que formaram mercados comuns) enfraquece o papel dos Estados. Na verdade, é o território em sua concepção política e o seu controle soberano sobre um certo número de domínios, sobre uma porção bem delimitada da superfície terrestre que está sendo questionado.<sup>16</sup>

Há várias abordagens que se utilizam do conceito basilar de território da Geografia, que varia da antropologia e da etnografia aos manuais do Banco Mundial e da OCDE, dos “territórios competitivos” aos “sistemas territorializados de produção” dos economistas desenvolvimentistas regionais. Território, talvez antes de ser um conceito, já era a base de vida das coletividades e das formas de administração das cidades e o controle de áreas dominadas por impérios antigos. Atualmente, sem as redes, com as redes ou contra as redes, com os fluxos globais das finanças, com estados ricos e fracos, com “verticalidades” e “horizontalidades”, com organizações supranacionais o(s) território (s) continua(m) sendo a arena dos múltiplos poderes e, a meu ver, seu emprego é inescapável.

O entendimento de meu colega Roberto G. Uebel<sup>17</sup> quanto ao aspecto de que os cursos de Relações Internacionais incorporaram vários conceitos, temas e

---

<sup>17</sup> UEBEL, Roberto G. Comentários a respeito do artigo de Iná E. de Castro, 2021.

RÜCKERT, A. A

instrumentos da Geografia e da Geografia Política em suas análises, como os conhecimentos de SIG, ESG,<sup>18</sup> cartografia temática, estudos fronteiriços e migratórios, causam a impressão equivocada de que “internacionalistas ocuparam os espaços dos geógrafos.” Segundo o comentarista, há um compartilhamento e interdisciplinaridade de conhecimentos, autores e percepções de mundo.

A retomada de teóricos do poder terrestre, aéreo, marítimo e das teorias ratzelianas pelos cursos de Relações Internacionais, continua Uebel, e a concomitante tendência de não existência de departamentos de Geografia em algumas universidades norte-americanas (como por exemplo Harvard, Yale e Stanford) confere a falsa impressão de que a Geografia estaria dando lugar à Ciência Política, quando a sua vertente humana intersecciona-se com ela, com a Antropologia, a Sociologia e as demais Humanidades, enquanto as geografias da natureza estão sendo incorporadas pelas Geociências, Geologia, Climatologia, Meteorologia, etc. em algumas universidades norte-americanas. O grande legado da Geografia Política, diz Uebel, se dá justamente pela incorporação de seus conceitos, autores e discursos por autores de Relações Internacionais, bem como a elevação da sua importância para os círculos militares e diplomáticos, sobretudo quando confrontada com os Estudos Estratégicos, a Geoestratégia e a própria Geopolítica contemporânea.

### 1.5 A proposta do CIST – *Collège International des Sciences Territoriales*: fundação de um novo campo do conhecimento

Novos e recentes esforços teóricos e empíricos vem sendo feitos de formas a revisar, atualizar e a ampliar o leque de concepções relacionadas ao conceito

---

<sup>18</sup> ESG é a sigla em inglês para “environmental, social and governance” (ambiental, social e governança, em português), geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa.

RÜCKERT, A. A

central território em vários países. O CIST - *Collège International des Sciences Territoriales* das universidades Paris 1 e 7 e CNRS (*Conseil National de Recherche Scientifique*), criado em 2010, atualmente uma federação de pesquisa que congrega 25 grupos de pesquisa<sup>19</sup> vem empregando esforços no sentido não só de revisar o conceito, mas os de fundar um novo campo do conhecimento, o das Ciências Territoriais. O primeiro evento em 2011 foi organizado a partir da indagação se teriam razão em querer fundar as Ciências Territoriais, uma disciplina científica emergente, para a qual seria necessário definir os conceitos, leis e métodos de análise.<sup>20</sup>

Para autoras vinculadas ao CIST, como France-Guerin Pace e Evelyn Mesclier,<sup>21</sup> se por um lado o contexto é favorável a formas de “revanches da sociedade civil” contra o Estado, por outro lado o “fim dos territórios” previstos por Bertrand Badie, não se confirmou. Assiste-se hoje a “um novo ângulo dos territórios”, na verdade, um duplo processo de fragmentação territorial e de recomposição em diversas escalas de acordo com modalidades diferentes em torno de representações e práticas de novos gêneros como territórios da natureza, de práticas esportivas, da urbanidade, etc. Se o Estado não é mais o único a controlar as relações em torno de territórios, deve-se, no entanto, relativizar sua diminuição. De um lado, ele nunca foi o “único ator do território”, mesmo em contextos os mais autoritários. De outro lado, o Estado continua bem presente em decisões relativas ao território, em seu papel de produtor de

<sup>19</sup> Tenho a honra de fazer parte do Conselho Científico do CIST - *Collège International des Sciences Territoriales* há alguns anos, o que tem me permitido dialogar com diferentes campos disciplinares sobre as ciências territoriais, um campo emergente do conhecimento. Convido aos leitores uma visita virtual ao CIST. <https://cist.cnrs.fr/>

<sup>20</sup> BECKOUCHE, Pierre et al. (dir.), *Fonder les sciences du territoire*. Collection du CIST, Karthala, 2012. <https://www.karthala.com/collection-du-cist/2640-fonder-les-sciences-du-territoire-978281107949.html>. Acesso em: 18 out. 2012.

<sup>21</sup> GUERIN-PACE; MESCLIER. Op. Cit., pp. 8-11.

RÜCKERT, A. A

normas, de facilitador do acesso para as empresas ou ainda de financiador de grandes projetos no quadro de associações público-privado, que tem hoje se generalizado em todo o planeta.

As formas de ação, ainda segundo as Pace e Mesclier, que permitem aos atores exprimir sua posição sobre o território são variadas: mobilizações, ocupações, produção de normas, legislação, discursos, organização de eventos, instalação de equipamentos ou infraestruturas no quadro de ações de caridade, construção de barreiras ou muros em espaços públicos etc. O emprego da força, em particular a “força legítima do Estado”, não desapareceu, mas ele coexiste com outras formas de expressão mais pacíficas.

Para Lajarge,<sup>22</sup> outro autor vinculado ao CIST, a renovação da questão territorial

passa pelo entendimento das “demandas territoriais” no sentido das expectativas que os cidadãos, habitantes, atores públicos ou privados exprimem, manifestam, desejam, desenvolvem *vis-a-vis* aos territórios. Expectativas seguidamente contraditórias entre os diferentes atores resultam em transformações delicadas e mesmo conflitivas: equidade territorial *vs.* independência; desenvolvimento econômico *vs.* preservação da natureza etc. Reconsiderar as dimensões territoriais dos fatos sociais, a partir da demanda como uma prática virtuosa e do ato de demandar como um direito necessário, tem permitido refundar algumas interrogações sobre o território como noção, conceito ou problema.

## 1.6 Minhas abordagens preferenciais em Geografia Política nos últimos anos (2002-2021): múltiplos poderes e atores territoriais

---

<sup>22</sup> LAJARGE, Romain et. al. Introduction. Demande(s) territoriale(s): pour construire et agir territorialement. In: LAJARGE, Romain et. al. *Demande(s) territoriales(s)*. Paris: Karthala, 2019, pp. 9-22.

RÜCKERT, A. A

Tenho adotado uma perspectiva foucaultiana de entendimentos quanto à interpretação do poder como a capacidade dos múltiplos atores territoriais de propor, desenhar e desencadear políticas econômicas e tecnológicas e novas formas de gestão com incidência estratégica no território, no âmbito do ambiente político do regime liberal democrático no qual o Brasil tem se inserido progressivamente, a partir da segunda metade da década de 1980 e da Constituição de 1988. Entretanto, frisa Castro que a história social do país não é bonita e não seria pelo excesso de liberalismo ou de capitalismo, nem pela condição de periferia. (p. 18). Meu colega Diego Pautasso<sup>23</sup> chama a atenção para se entender o filósofo e historiador Domênico Losurdo que, em um de suas obras como “Contra-História do Liberalismo”

(...) aponta que nos mais variados períodos históricos, os intelectuais e políticos que reivindicavam o liberalismo e se proclamavam os paladinos das liberdades e da democracia. As contradições são expostas não pela interpretação dos fatos pela ótica de Losurdo, mas através dos escritos dos próprios liberais.<sup>24</sup>

Reconheço que as obras de Losurdo podem fazer um importante contrabalanço a uma visão muito otimista dos regimes liberais, visto que esta tem aberto espaço também para visões extremadas como a diminuição do poder do Estado desde os anos 1990 e das contrarreformas trabalhistas, mais recentemente no Brasil. Entretanto, minha tarefa tem sido a estudar exatamente como tem atuado – e como atuam – os diversos atores e poderes que usam o poder do

<sup>23</sup> PAUTASSO, Diego. Comentários a respeito do artigo de Iná E. de Castro, 2021.

<sup>24</sup> <https://guilhermealm.medium.com/a-contra-hist%C3%B3ria-do-liberalismo-homenagem-a-domenico-losurdo-1941-2018-d8811f136ff8>

RÜCKERT, A. A

Estado para nele se perpetuar e como vão dos discursos para a ação em políticas de controle e usos do território.

A partir da perspectiva que desenvolvo tenho me dedicado a orientar estudantes de pós-graduação com o foco em políticas territoriais como usos do território a partir de abordagens sobre os Fundamentos do Estado Territorial Moderno e das políticas territoriais; a multidimensionalidade do poder, suas relações com o território e as diferentes abordagens sobre o seu conceito nas visões clássicas e contemporâneas; múltiplos atores territoriais como sujeitos de ações, controle e gestão territorial que tenham repercussões em diferentes territórios; as transformações dos usos políticos dos territórios a partir das macro e micro políticas territoriais e setoriais; as políticas de desenvolvimento nas escalas regional e local; políticas estratégicas em escalas nacional / supranacionais e regiões transfronteiriças e, por fim, as escalas geográficas de poder como procedimento de investigação e análise.

A democracia, como organização política da Modernidade, contém um nexos entre o Estado representativo (democracia representativa) e a dimensão do território, nexos este que traz o debate histórico sobre a necessidade da democracia direta.<sup>25</sup> Não se trata, no entanto, do predomínio de uma ou de outra forma de democracia, mas do reconhecimento de vários centros de poder além do Estado e da criação de novos espaços institucionais.<sup>26</sup>

A multidimensionalidade do poder na perspectiva foucaultiana<sup>27</sup> é conceituada no sentido de que diferentes atores produzem o espaço,

<sup>25</sup> BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo*. 6.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 41-64.

<sup>26</sup> BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: Para uma teoria geral da política*. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 156-157.

<sup>27</sup> RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RÜCKERT, A. A

(re)estruturam o território através da prática de poderes/políticas/programas estratégicos, que tenham um caráter (re) estruturante com novos usos do território. Assim, entendo o poder como "(...) a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos", referida tanto a indivíduos e grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais;<sup>28</sup> reflexão privilegiada da política, que não é possuído nem adquirido, mas exercido, difícil de ser representado, contudo, decifrável, estando presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo.<sup>29</sup> Ou, ainda, no sentido apontado por Claval, de que “poder algo” é estar em condições de realizá-la. “A análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele retirar o necessário à vida.”<sup>30</sup>

Dentre os diferentes atores as instituições e organizações têm sido examinados dentre os atores territoriais (públicos e mesmo privados) que tendem a produzir repercussões territoriais. Embora ainda haja dificuldades teórico-conceituais para a devida operacionalização de pesquisas, tenho percebido alguma dificuldade no diálogo com as demais ciências sociais para o melhor entendimento deste campo conceitual. Institucionalismo e o Neo-Institucionalismo é o enfoque dado pelas Ciências Sociais para explicação da sociedade através de suas instituições através de suas próprias teorias que são pouco conhecidas entre os geógrafos.

Conforme Hall & Taylor<sup>31</sup> termo “neo-institucionalismo” é utilizado na ciência política para designar uma perspectiva teórica que atrai muita atenção e

<sup>28</sup> BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 7. ed., 2 vol. Brasília: Editora da UNB, 1995, p. 933.

<sup>29</sup> RAFFESTIN, op. cit., 1993, p. 5-7.

<sup>30</sup> CLAVAL, op. cit., 1979, p. 11.

<sup>31</sup> HALL, Peter A. L; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do Neo-institucionalismo. *Lua Nova*. N° 58, 2003, pp. 193-223. Disponível em:

RÜCKERT, A. A

certas críticas. O institucionalismo histórico desenvolveu-se como reação contra a análise da vida política como grupos e contra o estrutural-funcionalismo, que dominavam a ciência política nos anos 1960 e 1970. Em geral, esses teóricos têm a tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais. Já no institucionalismo da escolha racional seus teóricos importaram de maneira fecunda no domínio da ciência política recursos teóricos emprestados à “nova economia da organização”, que insiste na importância dos direitos de propriedade, das rendas e dos custos de transação para o desenvolvimento e o funcionamento das instituições. O institucionalismo sociológico, no que lhe concerne, surgiu no quadro da teoria das organizações. Esse movimento remonta ao fim dos anos 1970, quando certos sociólogos se puseram a contestar a distinção tradicional entre a esfera do mundo social, vista como o reflexo de uma racionalidade abstrata de fins e meios (de tipo burocrático) e as esferas influenciadas por um conjunto variado de práticas associadas à cultura.

É importante, como se vê, que tenhamos claro a qual categoria de institucionalismo estamos nos referindo ao mencionar a importância das instituições na análise entre política e espaço. Não seria exagero afirmar que este campo conceitual necessita ser mais bem esclarecido entre geógrafos que observam nas instituições uma das razões de explicação do poder que produz repercussões territoriais.

A partir da interpretação do poder tem sido importante estudar os atores territoriais, isto é, toda entidade que elabora representações e práticas territoriais que exprimem essas representações e age sobre o espaço estruturando redes e territórios. Os atores agem sobre o território em interação permanente com outros

---

<https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfNMPr4fj75gb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 24 out. 2021.

RÜCKERT, A. A

atores o que significa tanto a coordenação quanto a confrontação.<sup>32</sup> Tenho procurado enfocar como repercutem territorialmente os usos políticos através das ações dos múltiplos atores que movem diferentes recursos para atingir seus objetivos. Trata-se de conhecer as estratégias e os recursos que cada ator ou conjunto de atores conseguem mobilizar para atingir seus objetivos. Assim, procura-se tratar de uma análise das dinâmicas territoriais produzidas por múltiplos atores em cenários multiescalares. Desta forma, usos políticos do território são entendidos como projeções de poder e controle territorial na perspectiva do poder multidimensional em diferentes níveis ou escalas territoriais. O território é compreendido não apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas dos diferentes atores presentes em diferentes níveis escalares.

A partir das abordagens acima mencionadas, dentre alguns de seus resultados menciono a premiação de duas teses de doutorado que tive a oportunidade de orientar. A tese de Antonio Paulo Cargnin, “Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais” conquistou o primeiro lugar na Categoria I - Produção do Conhecimento Acadêmico, edição 2012, do prêmio Celso Furtado do então Ministério da Integração Nacional, atual Ministério do Desenvolvimento Regional.<sup>33</sup> A tese de Rosmari Terezinha Cazarotto, por sua vez, “A Geografia do

---

<sup>32</sup> ROSIÈRE, Stéphane. *Géographie politique & Géopolitique*. Une grammaire de l'espace politique. 2<sup>e</sup> ed., Paris: Ellipses, 2007, p. 283.

Após a a tradução e leitura do capítulo sobre os atores geopolíticos da obra de S. Rosière, a ex-orientanda Arquiteta Geiza Z. Rorato optou por um “doutorado sanduíche” na Universidade de Reims, Champagne-Ardenne com o autor da obra. Seguiu-se meu convite a Stéphane Rosière para participar do II Congeo em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, assim como para ministrar um curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Tive a oportunidade de traduzir seu artigo “[Tendências contemporâneas da Geografia Política e da Geopolítica](#)” que se encontra no livro “A integração sul-americana e a inserção de regiões periféricas”. Op. Cit., pp. 87-95.

<sup>33</sup>

Disponível

em:

<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Politicade-desenvolvimento-regional-no-Rio-Grande-do-Sul.pdf>). Acesso em: 20 out. 2021.

RÜCKERT, A. A

conhecimento na inovação do território: um estudo a partir dos polos de inovação tecnológicas - RS - Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari – RS” obteve menção honrosa no Prêmio Políticas Públicas e Equidade - 3ª edição 2011, da Fundação Getúlio Vargas - Centro de Administração Pública e Governo & Fundação com Menção Honrosa. No prêmio Celso Furtado, de 2012, a mesma tese obteve nova Menção Honrosa.<sup>34</sup>

## **2. O segundo “fantasma”: o Estado Territorial moderno**

Castro afirma o seu segundo “fantasma” da Geografia Política: o Estado moderno territorial colocando-se a questão de como fazer Geografia Política sem compreender o que é esse modelo. Ao comentar que o Estado territorial é bastante incompreendido, ela entende que o que não contribui ao campo da Geografia Política “é deixar as pesquisas aos cientistas políticos” embora a autora veja na Ciência Política o ferramental teórico-empírico para exorcizar mais este e outros “fantasmas.”

Ainda não se propôs outro conceito que substitua “território” e nem o ordenamento jurídico-político do Estado Territorial (base das organizações mundiais, das grandes corporações, das bolsas de valores e das redes informacionais) que não deixou de existir. e nem deixará tão cedo. Assim como Fukuyama previu o “fim da história”; Badie previu o “fim dos territórios” (como citado) e Ohmae previu a continuidade apenas dos territórios mais ricos, os “estados-região”, o que determinaria o fim dos estados pobres no cenário da globalização competitiva. Estas visões “finalistas” não se concretizaram, muito embora ampla maioria afirme que o Estado Territorial moderno não seja mais o ator geopolítico central — apesar de que eu entenda que esta seja uma visão um

---

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29549>. Acesso em: 20 out. 2021

RÜCKERT, A. A

tanto simplificada da realidade. Neste sentido cita Castro: “O campo das políticas públicas, da geografia eleitoral, do planejamento, do meio ambiente e muitos outros não podem ser aprofundados fora dos marcos da regulação do Estado e do modo como atores sociais organizam seus interesses.” (p. 8). Assim, o campo da gestão também é inescapável para o campo disciplinar e insere-se aí a questão do Estado Territorial moderno.

Como formar profissionais em Geografia, docentes e/ou geógrafos sem aprenderem que sua ciência nasceu, ao menos formalmente, nos currículos de ensino escolar e universitário como uma ciência a serviço do Estado, ou como uma “ciência de Estado”? Todos sabemos que se tratava de uma ciência a serviço dos projetos de potência de cada Estado em particular, porém todos eles colonialistas. Por isso mesmo Lacoste denunciou a diferença da Geografia dos Estados Maiores da Geografia dos professores. O próprio Vidal de la Blache, tido como o pai fundador de uma Geografia Regional supostamente despolitizada praticou Geografia Política e Geopolítica a serviço do seu Estado francês.

## 2.1 A obra de Vidal de la Blache e os interesses do Estado francês

A suposta despolitização do método regional lablachiano é incorreta, pois foi uma Geografia Regional a serviço do Estado francês e teve essencialmente caráter de Geografia Política e Geopolítica. Assim, concordo com Ribeiro<sup>35</sup> que a obra “*La France de l’Est*”<sup>36</sup> só pode se apresentar como novidade para quem operou uma leitura fragmentada da trajetória intelectual de seu autor, pois a Geopolítica está longe de ser algo original ou pouco explorado por Vidal. Em sua obra “*La France de l’Est*” (não traduzida no Brasil) Vidal empenhou-se em

---

<sup>35</sup> RIBEIRO, Guilherme. A geografia e o desafio da modernidade: *La France de l’Est* (Lorraine-Alsace) cem anos depois. *Biblio 3W*. Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. XVI, nº 934, 30 de julio de 2011, p. 3. Disponível em: [www.ub.edu/geocrit/b3w-934.htm](http://www.ub.edu/geocrit/b3w-934.htm). Acesso em: 23 set. 2021.

<sup>36</sup> LA BLACHE, Paul Vidal de la. *La France de l’Est*. Lorraine-Alsace. Paris: Librairie Armand Colin, 1918. London: Forgotten Books, 2015. 280 p.

RÜCKERT, A. A

demonstrar como a França havia estruturado a vida e a economia da Alsácia e da Lorena desde a segunda metade do século XVII. Ele defendia a *não germanidade* da região, mesmo tendo sido ela feudo da Casa dos Habsburgo, onde se fala ainda hoje o alsaciano, um dialeto baixo-alemânico, e as cidades com arquitetura medieval germânica são motivo de atração de milhares de turistas.<sup>37</sup> Em seus termos, Vidal afirmou no Prefácio que:

Desta região (...) a França produziu uma parte viva de si mesma. O trabalho foi realizado em pleno século das luzes. De um conjunto de populações entre as quais não faltaram diferenças, formou-se uma França particular, profundamente francesa embora muito apegada à sua individualidade. Em nenhum lugar o patriotismo foi submetido a testes mais severos, em nenhum lugar ele foi mais tenaz.

Por isto, defendia Vidal em 1918 que a França deveria recuperar a região perdida para a Prússia na Guerra Franco-Prussiana em 1871 o que se deu ao final da I Guerra Mundial. A defesa geopolítica de Vidal de que a região deveria ser reanexada à França, foi bastante evidente. Além disso, há outra obra, igualmente não traduzida no Brasil, o relatório que Vidal (com um nacionalismo francês fervoroso como citou Mercier)<sup>38</sup> produziu para defender que o território da

---

<sup>37</sup> Um exemplo do que se afirma é a cidade medieval de *Eguisheim*, no Departamento do Alto Reno, na Alsácia, região Grande Leste, que é designada como uma das mais belas cidades da França.

<sup>38</sup> MERCIER, Guy. La géographie de Paul Vidal de la Blache face au litige guyanais : la Science à l'épreuve de la justice. In: *Annales de Géographie*. N° 667, janvier, 2009, p. 302. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/251055800>. Acesso em: 14 out. 2021

RÜCKERT, A. A

Guiana Francesa seria delimitado pelo Maroni, “*La rivière Vicent Pinzon. Étude sur la cartographie de la Guyane.*”<sup>39</sup>

O estudo “*La rivière Vicent Pinzon*” foi encomendado pelo Ministro das Relações Exteriores da França a Vidal para arbitramento em 1899 pelo Conselho Federal Suíço sobre a disputa entre a França e o Brasil pelos limites internacionais no Planalto das Guianas. Vidal argumentou, essencialmente, que o rio Vincent Pinzón ou Oiapoque, mencionado no Artigo 8 do Tratado de Utrecht (1713) seria o limite entre as possessões portuguesas e francesas na Guiana, o que corresponderia ao atual rio Araguari, e não no Oiapoque, ao contrário do que afirmava o Brasil.

Assim, é inescapável que os fatos políticos têm uma profunda dimensão territorial. Espaço e política são fortemente interligados e as repercussões territoriais das ideias, projetos e ações são sua materialização. Assim como Meca está para os islâmicos, a Alsácia e a Lorena estão para a história da Geografia Política e Geopolítica, visto que a construção do campo disciplinar se desenvolveu após a Guerra Franco-Prussiana na França, no ensino escolar e na criação das cátedras de Geografia. As disputas territoriais estão na origem da formação deste campo de conhecimento pelos respectivos estados nacionais.

## 2.2 A gestão do território no Brasil

A dimensão territorial dos planos de governo, os processos de descentralização em regimes políticos democráticos liberais e o que consta na Constituição de 1988 do Brasil quando se previu a regionalização dos orçamentos são dimensões do controle e gestão do território, assim como o Ordenamento

---

<sup>39</sup>LA BLACHE, Paul Vida de. *La rivière Vincent Pinzón. Étude sur la cartographie de la Guyane.* Paris: Félix Alcan, Éditeur, 1902. Disponível em: <https://www.numistral.fr/ark:/12148/bpt6k9801527f.texteImage#>. Acesso em 14 out. 2021.

RÜCKERT, A. A

territorial,<sup>40</sup> o planejamento regional são dimensões fundamentais de uma “Geografia Política aplicada” conjugada com as disciplinas regionais, econômicas regional e de gestão do território. Com muitos geógrafos, pude colaborar em oficinas da Política Nacional de Ordenamento Territorial entre os anos de 2003 e 2007 quando foram publicados materiais técnicos de subsídios à elaboração desta política.

Minha colaboração na primeira oficina foi a de comentar sobre o processo de reforma do Estado no Brasil associado às reestruturações territoriais; a temática do Ordenamento Territorial como conceito, buscando-se alguns elementos explicativos na literatura internacional; o objeto (ou objetivo) da mesma e, finalmente, temas julgados importantes que poderiam integrar a referida política. Como conclusão da contribuição, aponte que:

---

<sup>40</sup> “Art. 21. Compete à União:

IX - Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

(...) Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II – a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.”

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

RÜCKERT, A. A

O processo tendencial de reestruturação territorial nacional e os novos significados que adquirem os usos políticos do território, as novas formas e os conteúdos territoriais associam-se às concepções do projeto político de gestão e das estratégias territoriais em pauta. No cenário global de incertezas, a crise do Estado não aponta para sua agonia, mas para novas políticas no seu processo de reforma como expressão da vontade nacional.

Uma Política Nacional de Ordenamento Territorial, ao nosso ver, não poderia furtar-se ao projeto de reconstrução do papel coordenador do Estado, mas também não poderia furtar-se à compreensão dos múltiplos centros federados e civis de poder. Da mesma forma, uma marca indelével deveria ser uma política que construísse parcerias sul-americanas no âmbito das questões magnas do ordenamento territorial sul-americano e das fronteiras de cooperação.<sup>41</sup>

A construção de uma política territorial inovadora para o Brasil, assim como tantas outras iniciativas, infelizmente não vingou. Os textos técnicos produzidos, no entanto, são testemunhos da primeira década dos anos 2000 no Brasil como os do padrão de uso e ocupação do território e as principais tendências de transformação; políticas de ordenação do território: a contribuição de experiências nacionais e internacionais, logística e ordenamento do território (sendo este eixo desenvolvido por Bertha K. Becker), e outros. Em avaliação mais recente dos esforços de construção da PNOT<sup>42</sup> pude comentar que a implementação desta categoria de política deveria ocorrer de forma concomitante com outras políticas, como a PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

---

<sup>41</sup> RÜCKERT, Aldomar A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Disponível em: MELLO, Neli Aparecida de; OLIVEIRA JR, Rosalvo de. (orgs.). *Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: Ministério da Integração, 2005, pp. 31-39. Disponível em:

[https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento\\_territorial.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento_territorial.pdf). Acesso em 15 out. 2021.

<sup>42</sup> FREITAS, André; MORAES, Silvio R. de.; ALVES, Cíntia de S.. A retomada da discussão sobre uma política nacional de ordenamento territorial. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Territórios, agentes-atores e políticas públicas espaciais*. Brasília: Ler Editora, 2017, pp. 155-170.

RÜCKERT, A. A

No entanto, o fato do governo Lula da Silva ter iniciado primeiramente pelos trabalhos da PNDR conforme Tânia Bacelar, então Secretária de Políticas Regionais, comentou em 2003 deu-se em função da *expertise* acumulado em políticas regionais. Como publicou mais tarde Antonio P. Cargnin, com minha colaboração, a promoção do planejamento territorial, do ponto de vista dos que consideram o território como uma categoria central de análise, seria motivo para celebração, pois se valoriza o local onde ocorrem as relações entre os diferentes indivíduos e grupos sociais. Por outro lado, os resultados obtidos nessas duas últimas décadas nos asseguram que ainda temos um longo caminho a trilhar para a afirmação do território na agenda governamental.<sup>43</sup>

### 3. O problema semântico: Geografia Política e Geopolítica

A autora entende que a indiferenciação da terminologia Geografia Política e/ou Geopolítica tem trazido mais confusão do que clareza. “Tudo passa a ser geopolítica ou tudo é geografia política ignorando-se que são dois campos bem estabelecidos, com objetos e problemáticas próprias.” (p. 11). É correta a afirmação, pois a maioria dos estudantes confunde, com frequência, os campos disciplinares, daí porque insisto que se adote os termos de forma conjugada, “Geografia Política e Geopolítica” no ensino e pesquisa. De toda forma, uma das conquistas da crise de paradigmas que a Geografia brasileira vive desde os anos 1970 tem sido a criação de disciplinas de História do Pensamento Geográfico e de Epistemologia da Geografia, onde há espaço para aprofundamento da questão conceitual.

Efetivamente, a escola lacostiana no *Institute Français de Géopolitique* da Universidade de Paris 8 associa, recorrentemente, o próprio conceito de

<sup>43</sup> CARGIN, Antonio P.; RÜCKERT, Aldomar A. Planejamento territorial ainda não é prioridade. *Jornal da Universidade*. UFRGS, março 2013, p. 2. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212308>. Acesso em 20 out. 2021.

RÜCKERT, A. A

Geopolítica a atores geopolíticos (mencionei acima que prefiro o conceito de atores territoriais) relacionado a crises e conflitos internacionais. A escola emprega o conceito “geopolítico” para políticas e ações em várias escalas, inclusive a local e a regional como pode-se ver em publicações de Subra e, com frequência, na revista *Herodote*.<sup>44</sup>

Michel Foucher, um geógrafo brasilianista que no início de sua carreira descobriu o termo “Geopolítica” no Brasil em 1972 quando estudava as frentes pioneiras na Amazônia e, mais tarde, diplomata, em sua recente biografia apresenta lições de sua experiência como assessor do Ministério de Assuntos Estrangeiros da França, tendo atuado em torno de 125 países, alguns em situações de conflitos, como na região dos Balkans na guerra civil da ex-Iugoslávia.

Algumas das lições que Michel Foucher<sup>45</sup> demonstra, são as de que, na primeira é que os homens são frequentemente levados a tomar decisões sem conhecer os fatos; na segunda ele diz respeito à importância dos mapas mentais, também conhecidos como representações e na terceira, ele enfatiza a eficácia da análise geográfica, leitura de mapas e o jogo de escalas "para diagnosticar uma situação e antecipar mudanças." Perguntado sobre qual é a relação entre a geografia e a política, em recente exposição pública de sua biografia apontou citação errônea de Napoleão: "A política dos estados está em sua geografia" – que é frequentemente retransmitida para evocar a ligação entre geografia e política. No entanto, Foucher mencionou o contexto da citação real: “A política de **todas**

---

<sup>44</sup>SUBRA, Philippe. *Géopolitique de l'aménagement du territoire*. Paris: Armand Colin, 2014.

SUBRA, Philippe. *Géopolitique local*. Territoires, acteurs, conflits. Paris: Armand Colin, 2016.

HÉRODOTE. *Révue de Géographie et Géopolitique*. <https://www.herodote.org/>

<sup>45</sup> FOUCHER, Michel. *Arpenter le monde*. Mémoires d'un géographe politique. Éditions Robert Laffont, 2021. Disponível em: [https://www.diploweb.com/Video-Michel-Foucher-Sur-les-chemins-de-la-geographie-politique.html?utm\\_source=sendinblue&utm\\_campaign=NL-349-25102021&utm\\_medium=email](https://www.diploweb.com/Video-Michel-Foucher-Sur-les-chemins-de-la-geographie-politique.html?utm_source=sendinblue&utm_campaign=NL-349-25102021&utm_medium=email). Acesso em: 25 out. 2021.

RÜCKERT, A. A

as potências está na sua geografia”, formulada por Napoleão em carta de 10 de novembro de 1804 enviada ao rei da Prússia, Frederico Guilherme III.

Comenta ainda Foucher que a fórmula napoleônica foi posteriormente transformada e popularizada por Charles de Gaulle durante um curso na Escola de Guerra: “A política de um estado está em sua geografia.” Ao contrário de Napoleão, ele se referia neste caso às vulnerabilidades do território francês contra a Alemanha. Ele queria um exército profissional com tanques móveis para compensar a falta de linhas de defesa e a assimetria na geografia dos recursos (grande parte dos recursos naturais franceses são encontrados perto da fronteira, ao contrário do Ruhr).

Em que pese as demonstrações importantes de eminentes geógrafos em sua atuação como geopolíticos de suas potências, como já afirmei em outras partes deste texto é pequena a relação da Geografia Política com a Ciência Política nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia no Brasil. Por outro lado, os cursos de Ciência Política adotam, não sem pouca frequência, autores clássicos da Geografia Política. Somente fui tomar conhecimento de debates fundamentais na Geografia Política e na Geopolítica durante o doutorado na Universidade de São Paulo, quando pude frequentar uma disciplina da Ciência Política sobre o debate Realismo X Idealismo com Leonel Itaussu A. Mello (*in memoriam*) e José R.N. Chiappin.<sup>46</sup> Senão vejamos:

### 3.1 O debate Realismo X Idealismo

A política do poder dos Estados (*power politics*, *politique de puissance* ou *macht politique*) funda-se no realismo político clássico, na matriz maquiavélico-

---

47 RÜCKERT, Aldomar A. Idealismo liberal e a política externa brasileira para o Mercosul. *História: debates e tendências*, v. 1, n. 1 junho de 1999, pp.71-91. Disponível em: [https://www.academia.edu/42139631/IDEALISMO\\_LIBERAL\\_E\\_A\\_POL%C3%8DTICA\\_EXTERNA\\_BRASILEIRA\\_PARA\\_O\\_MERCOSUL\\_1999](https://www.academia.edu/42139631/IDEALISMO_LIBERAL_E_A_POL%C3%8DTICA_EXTERNA_BRASILEIRA_PARA_O_MERCOSUL_1999)

RÜCKERT, A. A

hobbesiana. O Moderno Estado Territorial, na ausência de um poder comum no plano internacional, atua na lógica do estado de natureza, i.é, no estado de guerra. O realismo político contemporâneo, clássico, é composto de duas vertentes: o realismo político marxista, cuja obra máxima é a teoria do imperialismo de Lenin, e o realismo político liberal, cuja noção de *política de poder* encontra-se em Hans Morgentau, George F. Kennan e Raymond Aron, por exemplo.

O debate contemporâneo do pós-Guerra Fria envolve o realismo relativista de Samuel Huntington (O Choque das Civilizações) cuja matriz remete ao historiador Arnold Toynbee, e o idealismo universalista do *fim da história* de Francis Fukuyama, de inspiração liberal em Kant e Hegel. Em Raymond Aron, por exemplo, é fundamental para o realismo político a noção teórica de sistema internacional, como o "conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral."<sup>47</sup> A concepção maquiavélico-hobbesiana em Aron manifesta-se na distinção entre a política interna e a política externa. "Segundo Aron, a oposição entre o estado civil predominante nas relações intraestatais - a força da lei - e o estado natural que perpassa as relações interestatais - a lei da força - está na origem da diferença essencial existente entre as políticas interna e externa."<sup>48</sup>

O realismo relativista de Huntington<sup>49</sup> ganha força explicativa no imaginário e na política externa norte-americana a partir dos ataques fundamentalistas de 11 de setembro de 2001 a Nova York e Washington e com os ataques bacteriológicos que se sucedem. A tese de Huntington, de que a fonte

---

<sup>47</sup> ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 2. ed., Brasília: Editora UNB, 1982, p. 153.

<sup>48</sup> MELLO, Leonel I. A. *Argentina e Brasil*. A balança de poder no Cone Sul. São Paulo: Annablume, 1996, p. 46.

<sup>49</sup> HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

RÜCKERT, A. A

fundamental de conflito não mais será essencialmente ideológica ou econômica, mas de ordem cultural, contribui para consolidar o realismo político nesse período em que se reabriu nova corrida armamentista e aprofundaram-se as cisões entre o Ocidente e o Oriente. Mais recente, o neorrealismo político ou realismo estrutural, de Kennets Waltz,<sup>50</sup> argumenta que a Anarquia leva à lógica da autoajuda em que os Estados procuram a segurança (defensiva) e que a melhor forma da distribuição do poder no sistema internacional é a bipolaridade.

Como pode-se ver as teorias que sustentam o debate idealismo X realismo, embora presentes ainda que de forma difusa nos cursos de Geografia, como em Geografia Política ou Organização do Espaço Mundial, não fazem parte do seu ideário programático central. Já nos cursos de Ciência Política e de Relações Internacionais estes debates têm lugar privilegiado em seus programas disciplinares como a própria Geopolítica.

#### **4. Afinal, para que serve mesmo a Geografia Política?**

Castro volta suas críticas à Geografia Crítica com base no marxismo estruturalista<sup>51</sup> afirmando que a sedução de um modelo que uniria o conhecimento e a ação, teria conquistado corações e mentes no mundo geográfico. Apesar de que os limites no ajustamento do modelo às realidades históricas e geográficas foram imediatamente reconhecidos e debatidos nas ciências sociais o marxismo estruturalista teria sido “assimilado quase como fé

---

<sup>50</sup> WALTZ, Kenneth N. (1979), *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.

<sup>51</sup> O marxismo estruturalista tem base em Louis Althusser (alguns de seus livros são “Ler o Capital”, 1965, com Etienne Balibar e “Aparelhos Ideológicos de Estado”, 1970); Étienne Balibar, “A filosofia de Marx”, 1993; Nicos Poulantzas, “Poder político e classes sociais, 1968, “O Estado, o Poder, o Socialismo”, 1978) que postulam a ideia de que o Estado é um mecanismo de regulação do conflito de classes, a tensão irreconciliável entre o proletariado e a burguesia.

RÜCKERT, A. A

na geografia crítica” e a Geografia Crítica teria saído incólume dessas discussões. (p. 15).

A história recente da Geografia Crítica no Brasil, efetivamente, captou corações e mentes. Mas, isto deveria ser entendido, por exemplo, não apenas na perspectiva da luta de classes e o desejo de estudantes e geógrafos engajaram-se no mundo do trabalho e dos “deserdados da terra”, mas antes de tudo como uma reação ao conservadorismo e modelização espacial que a Geografia Quantitativa havia introduzido no país. Concomitantemente a isto, a politização necessária durante e após o período ditatorial, efetuou-se em grande escala, levando a área de conhecimento da Geografia para uma melhor visualização na sociedade em geral. Se por um lado, muitos geógrafos e docentes engajaram-se no planejamento estatal do território, outro grande número desejou o fim da ditadura e ações para uma recuperação do Estado Democrático de Direito e de uma “justiça espacial” no país, por si só profundamente desigual.

Gostaria também de inserir aqui algumas observações, não contra a Geografia Crítica em si, pois penso que a onda contestadora trouxe grandes contribuições à renovação da Geografia brasileira. Devo dizer que “meu coração e minha mente” também estiveram tomados por ela, quando muito pude aprender e a melhor estabelecer relações com diversos grupos sociais. Talvez o melhor de minha produção acadêmica e técnica esteja nesta “onda crítica” baseada no materialismo histórico e dialético que se viveu no país<sup>52</sup>[53] quando pude examinar em extensão a luta pela renda da terra e os conflitos fundiários que dela se originaram. Porém, não se tratou de uma questão de “fé pessoal”,

---

<sup>52</sup> RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra*. Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1824 / 1931 Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.

RÜCKERT, Aldomar A. *Metamorfoses do território*. A agricultura de trigo-soja no planalto médio rio-grandense, 1930 / 1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RÜCKERT, A. A

mas de ciência a serviço das coletividades e do reconhecimento da investigação acadêmica como sendo de interesse social.

Afinal, recorrendo ao título do artigo de Iná E. Castro, “Geografia política: o que é afinal e para que serve?”, meu entendimento é que ela pode servir às coletividades e resgatar a função pública de todo o campo da Geografia. A democracia e o modo de organização sociopolítico-jurídico-territorial é um dos grandes campos interdisciplinares à disposição para a investigação e a formação de quadros profissionais e da proposição de políticas públicas territoriais.

O Estado federal, o fundamento e a base da organização societária nacional, por exemplo, um dos grandes objetos de estudo da Geografia Política, me parece que recebe mais atenção de juristas, tributaristas e parlamentares do que dos geógrafos que lhe tem dispensado pouca atenção. Num momento em que as tensões entre os níveis de governo têm se acentuado durante a pandemia do Covid-19, a gestão tripartite da saúde pública passou a ser questionada e debatida sobre o quanto estados e municípios poderiam realizar nos cuidados das populações durante a crise pandêmica.

O Estado Federal, aparentemente seria uma abstração, ou mesmo um ente a-espacial, como se a própria Constituição de 1988 já não estabelecesse as funções e as obrigações de todos os entes federados. Aparentemente, com a crise sanitária em curso, é que a população passou a tomar maior consciência do que significa, por exemplo, um sistema único de saúde, tripartite, um serviço público distribuído em todos os municípios da federação, ao alcance de todas as pessoas.

Para geógrafos que buscam dedicar-se à Geografia Política, em especial, o Estado-nação ou Estado Territorial (ainda que em crise) não pode ser considerado uma abstração que “paira no ar” como já comentava Ratzel. Trata-se de um campo de investigação e formação profissional que demanda embasamento teórico-conceitual e operacional em relação direta com as geotecnologias. Trata-se de ciência a serviço do bem comum público, uma ferramenta de políticas públicas de amplo interesse da sociedade.

### Comentários finais

Ler o ensaio de Iná E. de Castro requereu alguma "prática e habilidade" em sua interpretação. Para melhor fundamentar ou mesmo enriquecer minhas observações, adotei a estratégia de compartilhar o texto com três colegas de pesquisa para sua leitura. O ensaio de Iná de Castro, de certa forma, um prolongamento de seu livro "Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições", é denso e por vezes um tanto hermético, abordando várias temáticas em forma de leque de questões que nem sempre são facilmente compreensíveis ou resolvíveis. Por isto, entendo ser uma proposta de seu programa de pesquisa que vem rendendo frutos, publicamente conhecidos.

Estou de pleno acordo com a autora que, atualmente, a Geografia é informada pela política; a renovação do campo disciplinar está em curso; a democracia e a geografia eleitoral são temas inescapáveis; o populismo (extremista), pelos perigos que representa à estabilidade do sistema político, necessita ser estudado e as redes sociais têm impactos políticos e sociais que estão se dando a conhecer, principalmente durante a pandemia do Covid-19. Reconheço, por fim que estas questões estão em aberto à investigação.

Busquei expor alguns temas evocados a partir da leitura do ensaio. Dentre as várias questões evocadas, talvez valha a pena citar que ainda há obras que necessitam ser traduzidas para o português, sendo de difícil acesso aos estudantes. Refiro-me, principalmente, ao livro de Paul Claval, "*Les espaces de la politique*" em que são abordados os grandes temas a que se refere à autora, com perspectivas históricas do poder até agora e suas diversas arquiteturas, além de extensa revisão da bibliografia internacional.

Uma das questões em aberto me parece ser a do Neo-Institucionalismo. Acredito que esteja relativamente claro que é importantíssimo incluir instituições e organizações na agenda de pesquisa na relação política e espaço (território).

RÜCKERT, A. A

Aliás, o tenho feito nos últimos anos. Porém, eu mesmo tenho enfrentado esta lacuna na formação dos referenciais teóricos. O que é uma instituição? O que é uma organização? Ambos podem ser conceituados como atores territoriais? E mais, como dialogamos com as teorias do Neo-Institucionalismo da Ciência Política, já que reconhecemos que as instituições são fundamentais, dentre elas o próprio Estado que muitos quiseram retirar da agenda de investigações? Qual das opções seria a mais adequada, na teoria neo-institucional? O institucionalismo histórico, o da escolha racional ou o sociológico?

Dentre o leque de questões que o texto abre, muitas delas não foram enfrentadas de forma sistemática em meus comentários, havendo outras em aberto. Por exemplo, meu colega Diego Pautasso, apontou que a afirmação “(...) para marxistas a política é um campo de batalha entre os proprietários do capital e os trabalhadores livres, nunca um espaço onde há possibilidade de disputa de interesses, acordos e transformações” (p. 16) seria demasiadamente simplificada sobre o marxismo e a relação Estado-política. É o caso da vasta literatura que discute a autonomia relativa do Estado, afirmou Pautasso, como bem demonstra o retorno do Estado à Ciência Política.

Em outra passagem, Pautasso se refere à afirmação da autora que processos de transformações sociais no sentido de mais justiça, ou seja, a compreensão dos conflitos distributivos não caberia mais nos marcos revolucionários como aqueles estabelecidos desde a revolução americana no século XVIII. (p. 18). O comentarista entende que a afirmação desconsidera que 90% dos países capitalistas são paupérrimos. Além disso, os países desenvolvidos possuem condicionalidades relacionadas à hierarquia no sistema internacional. A afirmação simplificaria uma história de mais de 32 revoluções ocorridas no século XX, ignorando que a China, país que mais cresce e produz mobilidade social, se reivindica socialista sendo fruto de uma dessas revoluções.

Como se evidencia, o texto abriu um leque de questões e debates que podem fomentar questões de pesquisa. Assim, o texto conduz a uma série de

RÜCKERT, A. A

questões que podem não passar despercebidas por diversos leitores das áreas de Geografia Política e Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais.

*Atravessamos o Rubicão. Alea jacta est!*